



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 743, DE 2024**

**(Do Sr. Bruno Farias)**

Altera o artigo 192 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943, a fim de dispor sobre o adicional de insalubridade devido aos profissionais de enfermagem.

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE

SAÚDE;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD) E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**DEPUTADO FEDERAL BRUNO FARIAS – AVANTE/MG**

**PROJETO DE LEI N.º , DE 2024**

**(Do Sr. BRUNO FARIAS)**

Altera o artigo 192 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943, a fim de dispor sobre o adicional de insalubridade devido aos profissionais de enfermagem.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 192 Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

Art. 192.....  
.....

Parágrafo primeiro: Aos enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteira será devido o adicional de insalubridade em grau máximo, independente do local de trabalho.

Parágrafo segundo: O pagamento do adicional de insalubridade deverá ser realizado na proporção de 40% (quarenta por cento), sobre o piso nacional da categoria, de acordo com o disposto na Lei nº 7.498, de 25 de Junho de 1986.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

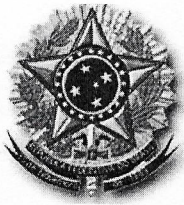
**JUSTIFICAÇÃO**

A enfermagem possui seus próprios riscos e pontos de atenção que devem ser observados, por conta da relação existente entre as ocupações e as doenças às quais o indivíduo está sujeito a desenvolver.

Considerada uma profissão de risco, pois estão permanentemente expostos a inúmeros fatores durante o desempenho das atividades.

Dentre os maiores riscos ocupacionais relacionados aos enfermeiros, técnicos, auxiliares de enfermagem e obstetrizes, estão a falta de dispositivos e equipamentos adequados, o rodízio de turnos e plantões em horários não-constantes e condições precárias do ambiente de trabalho.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**DEPUTADO FEDERAL BRUNO FARIAS – AVANTE/MG**

No exercício da atividade em si já está implícito a existência de risco a saúde do trabalhador, independente do local da prestação do serviço, tendo em vista, riscos impossíveis de serem eliminados, por exemplo, riscos químicos, na utilização de instrumentos de trabalho e medicamentos; riscos biológicos, como micro-organismos e bactérias presentes no ambiente de trabalho.

De fato, é impossível afirmar que o risco biológico é eliminado com a utilização de equipamentos de proteção ou qualquer outra prevenção, o risco sempre estará presente.

Portanto, conclui-se que o risco da atividade laborativa da enfermagem possui risco presumido e intrínseco a atividade exercida, por esta razão é que peço apoio aos nobres colegas parlamentares para aprovação deste projeto de lei.

  
**BRUNO FARIAS**  
Deputado Federal AVANTE-MG



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

<b>DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:194305-01;5452">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:194305-01;5452</a>
<b>LEI Nº 7.498, DE 25 DE JUNHO DE 1986</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1986-0625;7498">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1986-0625;7498</a>
<b>FIM DO DOCUMENTO</b>	